

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO E DA LEITURA NA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

8º Encontro Luso – Espanhol de Bibliotecas Públicas

Lisboa, 20 de Maio de 2008

António Vilela Bouça *

* Chefe de Projecto do ON- Eixo Prioritário 1 (III QCA)
Comissão de Coordenação da Região do Norte
Rua Rainha D: Estefânia, 251, 4150-304 PORTO
Tel: +351226086300, Fax: +351226061481
E-mail: vilela.bouca@ccdr-n.pt

Sumário

Uma das maiores vulnerabilidades na EU continua a ser a percentagem, ainda significativa, do baixo nível de qualificações dos seus cidadãos.

Em Portugal, tal situação revela índices superiores que, no caso particular do Norte do País caracterizado por uma economia aberta e com forte vocação exportadora, se acentua pelas fortes taxas de insucesso e abandono escolares.

Assim, na presente comunicação, a questão central que se pretende abordar é a importância da leitura enquanto instrumento facilitador da aprendizagem de todos os outros conhecimentos. O livro, neste contexto, aparece como a principal ferramenta capaz de contribuir para uma compreensão correcta dos conteúdos escritos, possibilitando a prática habitual da leitura e a formação de leitores críticos, com capacidade de expressão e compreensão ágil, potenciando as capacidades cognitivas e o rigor do pensamento.

Fundamentando-se neste pressupostos, este documento aborda ainda a experiência do convite público “Promoção do Livro e da Leitura para Populações Desfavorecidas do Norte de Portugal” levada a cabo no âmbito do ON- Programa Operacional da Região do Norte (IIIQCA).

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO E DA LEITURA NA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Segundo um estudo recente publicado na revista nº 20 da Coleção Cogitum, na UE o número de pessoas com baixas qualificações é de 80 milhões, circunstância esta que configura uma das maiores vulnerabilidades do espaço europeu em termos sociais, económicos e políticos.

Em Portugal o problema assume maior acuidade, já que, de acordo com o citado estudo, a “desigualdade do capital humano é gritante e fonte de persistentes injustiças, designadamente no acesso a empregos decentes e a remunerações condignas”. Estas debilidades afectam cerca de 2/3 da população activa, sendo particularmente sentidas numa altura em que se assiste à transição acelerada de uma boa parte do tecido empresarial para um novo modelo de competitividade que já não apela a mão de obra barata e ao recrutamento intensivo de baixas qualificações.

“Os empregos menos qualificados estão largamente concentrados em sectores em declínio ou em profunda reestruturação como são exemplo os sectores industriais. Apesar dos sectores que ainda absorvem grande parte dos trabalhadores de baixa qualificação como o comércio a retalho, a hotelaria e a restauração demonstrarem capacidade de crescimento em quase todos os países europeus, este grupo só muito raramente manterá o seu peso no emprego destes sectores” (Murray e Studman, 1991).

Note-se a este propósito as actuais tendências de que postos de trabalho menos qualificados já estão a ser desempenhados por indivíduos com habilitação superior. Contudo em Portugal ainda se observa um peso elevado de emprego com baixas qualificações – construção civil, comércio a retalho e restauração.

Valerá a pena recordar a este propósito que no estudo “O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades” (Roberto Carneiro, J. Caneça e M.E. São Pedro – 2000) é referido que “apesar do progresso educativo impressionante nos últimos 20 anos, mantêm-se

persistentemente os estrangulamentos estruturais: as competências básicas dos jovens, o desajustamento sistemático entre necessidades do mercado de trabalho e oferta de diplomados e uma população activa adulta que não conseguiu ir muito mais além do que os seis anos de escolaridade. Face à elevação do nível de exigência – 12 anos de escolaridade básica e novas competências – o desafio será pois recuperar nos próximos 20 anos as décadas de atraso educativo, concentrando esforços na prioridade em elevar os níveis básicos de educação da população adulta na reconversão de grupos profissionais mais necessitados.”

No actual contexto exigem-se “qualificações e competências novas e mais exigentes”, atendendo por um lado à existência de um consenso de que o secundário é o nível mínimo para uma “transição” com melhores perspectivas no mundo do trabalho e por outro à necessidade de uma “plataforma mínima de aprendizagem”, com adequados níveis de literacia e numeracia.

Torna-se pois urgente assegurar um conjunto de competências - pessoais e sociais – para lidar com as actuais características dos contextos de trabalho e de vida, que segundo Roberto Carneiro (2002) se podem consubstanciar nos seguintes aspectos:

- Comunicação em todas as suas formas incluindo literacia quantitativa, literacia de texto e de documentos, bem como auto – expressão
- Domínio de uma língua estrangeira, no mínimo, em particular o inglês
- Uso e compreensão básica das TIC
- Capacidade para aprender com autonomia
- Capacidade para reagir e lidar com a iniciativa e a imprevisibilidade
- Capacidade para gerir relações interpessoais com sucesso
- Capacidade para gerir o tempo e o seu próprio trabalho de uma forma autónoma

É de sublinhar também que num recente estudo no âmbito da preparação das intervenções estruturais do QREN 2007-2013, sobre educação, constata-se que a situação portuguesa se caracteriza por uma população activa de aproximadamente 4,9 milhões de pessoas das quais cerca de 3

milhões (64%) não tem o que se considera hoje a escolaridade obrigatória (9º ano).

Mais, o PISA – Programme for Student Assessment (2001-2004), evidencia que não houve progressão na melhoria comparativa dos alunos portugueses em leitura, embora tenha havido uma ligeira melhoria em matemática.

1.2 - Sendo o Norte do País marcado por uma economia aberta, com forte vocação exportadora, é aqui que também se levantam problemas específicos no que à qualificação dos recursos humanos se coloca, quando a comparamos com outras regiões europeias, designadamente as que integram os novos países aderentes à União Europeia.

É nesta zona de Portugal que se localizam os territórios com maiores taxas de insucesso e abandono escolar a que não é estranho o facto da presença, com intensidade, das indústrias tradicionais – vestuário, têxtil, calçado e mobiliário – cujas unidades produtivas são essencialmente micro e pequenas empresas que utilizam mão de obra com baixas habilitações literárias. Este problema torna-se tanto mais importante quanto é sabida a forte conexão entre o elevado número de analfabetos funcionais e o de cidadãos com reduzida escolaridade.

Já no Diagnóstico Prospectivo da Região Norte (CCRN, 1998) se evidenciava como primeira prioridade estratégica de desenvolvimento da região “melhorar a qualificação das pessoas” relevando-se nesta prioridade, como questão decisiva “o aumento significativo dos níveis médios de qualificação escolar e profissional, propiciadora de uma exercício activo de cidadania, de mais capacidade de inserção no mercado de trabalho e da melhoria da competitividade das actividades económicas”.

Tendo em conta a situação da Região e o reconhecimento de que “aumentar o nível médio das qualificações é, necessariamente, aumentar o

nível médio da nossa competência de leitura”, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região do Norte (QCA III), no âmbito da Medida 1.4 “Valorização e Promoção Regional e Local” do Eixo Prioritário I, entendeu por bem lançar um convite público à apresentação de candidaturas tendo em vista despertar o interesse pela leitura e pelo livro, direccionado particularmente para as populações mais desfavorecidas.

É pois sobre este projecto que nos iremos debruçar de modo particular.

2 - “PROMOÇÃO DA LEITURA E DO LIVRO PARA POPULAÇÕES DESFAVORECIDAS DO NORTE DE PORTUGAL” – Convite Público à apresentação de candidaturas – 2003/reedição 2004

Face ao anteriormente exposto, fixar-nos-emos nos aspectos essenciais do Convite Público subjacente a este desafio, tendo por base os territórios associados a Agrupamentos de Municípios da Região Norte.

Reportar-nos-emos ao texto de suporte ao mesmo Convite, pelo que neste capítulo se citarão os pontos fundamentais que nele constam.

Vale a pena sublinhar desde já que para a valia do seu conteúdo contribuiu em muito o saber e a experiência do então Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLB), que de resto acompanhou todo o processo desde o seu início.

É sabido que “da prática da leitura decorre uma competência funcional, a competência de leitura, que possibilita ou facilita a aprendizagem de todos os outros conhecimentos. Esta prática é tão mais importante quanto a aquisição de conhecimentos, na escola e fora dela, se sustenta no livro e na palavra impressa. O livro continua a ser a principal ferramenta do conhecimento e da aprendizagem, e a defeituosa compreensão dos conteúdos escritos, quaisquer que eles sejam, decorre, frequentemente, de uma ausência de prática de leitura. Não admira, portanto, que o sucesso escolar e, em grande medida, o sucesso ou fracasso da posterior integração no tecido social, dependa da competência de leitura dos nossos jovens.”

Será importante discernir entre duas competências: “ler” e “saber ler”.

“Ler é o acto de reconhecimento dos signos inscritos no papel, limita-se ao reconhecimento das palavras e à compreensão de proposições; saber ler é ter a capacidade de hierarquizar a importância dos conteúdos de informação, de separar o essencial do acessório, de relacionar conteúdos,

sintetizar e contextualizar a informação e emitir juízos críticos sobre a informação recolhida.”

Na sociedade actual é importante habilitar os cidadãos por forma a que sejam capazes duma “leitura rápida, eficaz, madura, crítica e inteligente. É imprescindível formar leitores críticos... A utilização formal da língua contribuirá para uma comunicação mais eficaz, como resultado de uma mais rica e precisa capacidade expressiva e criativa, assim como para uma mais perfeita e ágil compreensão.”

Deste modo, “a leitura continuada, o saber ler, constitui-se, assim, como um instrumento importante para o êxito de uma política de qualificação profissional, potenciando as nossas capacidades cognitivas, aumentando o rigor do nosso pensar e a nossa capacidade de raciocinar, agilizando os nossos mecanismos de compreensão”.

Foi neste contexto que o Convite Público e respectiva reedição foram lançados, tendo sido atribuída uma dotação indicativa de 1,75 milhões de euros, com uma taxa de comparticipação de 70% (FEDER).

Foram entretanto aprovadas 7 candidaturas, correspondentes aos territórios de 7 Agrupamentos de Municípios (cfr. lista anexa) e que cobrem significativamente o espaço regional, nas suas múltiplas facetas, desde zonas mais desenvolvidas, como é o caso da Área Metropolitana do Porto, até aos espaços de menor densidade – Vale do Minho, Alto Tâmega, Terra Quente Transmontana – passando por áreas em que as respectivas Associações de Municípios incluem concelhos mais e menos desenvolvidos – Vale do Lima, Vale do Cávado e Vale do Ave (cfr. mapa anexo)

Naturalmente que a intenção subjacente a uma escala territorial mínima, neste caso o Agrupamento de Municípios, era incentivar a concertação de uma política, nesta matéria, com traços comuns para cada espaço em causa, com respeito por alguma diversidade decorrente das realidades concelhias. Pretendia-se igualmente pôr em diálogo os vários intervenientes, quer ao nível local quer ao nível regional/nacional, para além do motivo maior que consistia em que o mesmo funcionasse como estímulo

para o lançamento de iniciativas futuras, tendo por base a aprendizagem proporcionada por esta experiência piloto, aos vários intervenientes – câmaras municipais, bibliotecas, escolas e outras instituições de índole diversa.

Embora se apresente em anexo uma ficha caracterizadora de cada projecto, valerá a pena sublinhar que se procurou garantir o carácter integrado de cada candidatura, considerando-se prioritárias as acções que possibilitassem a “promoção continuada (por exemplo, ateliers de animação continuada à leitura no âmbito de comunidades permanentes de leitores, acções complementares de sensibilização, divulgação e promoção ou de cruzamento com outras linguagens como a escrita e banda desenhada, escrita e teatro, escrita e música,...) orientados para a população infanto-juvenil e/ou grupos alvo desfavorecidos (por exemplo, grupos com níveis reduzidos de literacia ou escolarização, minorias étnicas, reclusos, moradores de bairros sociais com elevados índices de segregação sócio-económica, idosos em lares de terceira idade, grupos com particulares dificuldades de acesso ao livro e à leitura, por exemplo em zonas de forte predominância rural...).”

Para além das condições de acesso gerais constantes no documento referencial da Medida 1.4, que cada projecto deveria respeitar, definiram-se algumas específicas para este convite, designadamente:

- Abranger como área de influência mínima o Agrupamento de Municípios e ter assegurado o apoio institucional da respectiva Associação de Municípios;
- Apresentar um investimento elegível máximo de 200 000 euros (ou, em alternativa, uma comparticipação comunitária que não ultrapassasse os 140 000 euros);
- Constituição de uma Comissão de acompanhamento que integrasse, entre outros, representantes do IPLB, da Direcção Regional de Educação do Norte e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Como nota importante é de sublinhar a previsão em cada projecto de uma acção para avaliação dos seus efeitos, reportada a seis meses após a

conclusão das restantes acções, levada a cabo por uma entidade externa. O estudo daqui resultante “deverá permitir avaliar o grau de cumprimento dos objectivos e metas fixados, bem como a sustentabilidade dos seus resultados, podendo abranger, de acordo com as características do projecto, parâmetros como o número de participantes abrangidos, a melhoria das suas competências de leitura e escrita, o número de agentes/animadores qualificados, o número de bolsas de animadores ou dispositivos/estruturas criadas ou consolidadas, o número de eventos continuados/periódicos de animação cultural a partir do livro e da leitura destinada a leitores já existentes, etc...”

Estando concluídos os projectos referenciados poder-se-á fazer um balanço global positivo, não só pelo aspecto central que era o despertar do interesse para o livro e para a leitura, traduzida das mais diversas formas, mas também pela dinâmica que a nível local se gerou em torno das várias entidades participantes no projecto que permite assegurar uma mudança efectiva no modo como esta problemática passou a ser entendida e na tradução prática em iniciativas que decorrem para além do termo dos projectos.

Como notas finais é de realçar que o projecto “Leituras do Ave” desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Regional do Ave (ADRAVE) foi apresentado, a convite da Universidade do Minho, no 6º Encontro Nacional – 4º Internacional da Leitura, Literatura Infantil e Ilustração e por último que o projecto “Dar Vida às Letras: Promoção do Livro e da Leitura” promovido pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho foi distinguido com o prémio europeu International Reading Association, na 15ª European Conference on Reading que decorreu durante o mês de Agosto de 2007, em Berlim.